

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telefônico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Leão Serva

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Congresso

Falso dilema

Embora se trate, ainda, do velho Congresso, com boa parte dos deputados e senadores em seus últimos dias de atividade, o resultado do esforço concentrado que Câmara e Senado iniciam hoje, para votar uma série de medidas de interesse do governo e dos próprios congressistas, indicará como deverão ser as relações entre o Executivo e o Legislativo neste governo e mostrará se o presidente Fernando Henrique tem realmente condições de liderar a profunda revolução por que o Brasil precisa passar.

Conquanto possa parecer o de menor urgência e alcance para os desígnios imediatos do governo (entre os quais o principal é consolidar ou, ao menos, garantir a sobrevida de algumas das conquistas do Plano Real), o projeto que envolve a anistia para o senador Humberto Lucena e abre as portas para futuros perdões a 17 outros parlamentares, todos acusados de crime eleitoral, já aprovado no Senado e dependendo apenas de votos da Câmara, é, sem dúvida, o mais importante que os parlamentares serão chamados a votar nestes dias, pelas profundas implicações que terá para todo o processo político brasileiro a partir de agora.

E, como as colunas políticas de Brasília continuam, aqui e ali, sinalizando que o governo ainda não firmou posição a respeito, e hesita em "fechar questão" pela confirmação daquilo que manda a lei, temendo que isto possa vir a prejudicar a votação de questões prementes como a do aumento do salário mínimo, a medida provisória aumentando tributos editada por Itamar Franco no último dia de 1994 e a lei de concessões dos serviços públicos, vale voltar ao assunto para ressaltar toda a sua importância.

O "caso Lucena" é emblemático não apenas porque é ele que vai definir se há ou não há esperanças de uma reforma do esfrangalhado "código de ética" da política que se pratica no Brasil — responsável exclusivo pelo descalabro a que chegamos em matéria econômica e de gestão da coisa pública —, mas sobretudo porque marcará, de forma clara e irrevogável, o tipo

de atitude com que o Congresso receberá as próximas — e decisivas — reformas que o governo lhe enviar. Se, no primeiro confronto, eles conseguirem "dobrar" um presidente recém-empossado, com seus 34 milhões de eleitores clamando por ética, receberão o que mais vier dele com a mesma arrogância, o mesmo desdém e a mesma disposição para a chantagem — agora realimentados pela impunidade reconfirmada — com que têm sido recebidas todas as propostas de reformas que chegaram ao Congresso nos últimos anos. Se a lei for mantida e a pena for confirmada e sancionada pelo presidente, suas próximas propostas encontrarão um Congresso respeitoso e atento, como convém a uma casa de representantes do povo convocada a implementar um projeto de reforma de estruturas retorcidas, fabricadas por uma prática política apodrecida, mas que terá começado a ser revogada, num país onde todos, sem exceções — e em especial os que as fabricam —, têm de cumprir as leis.

É um falso dilema, portanto, colocar o problema nos termos simplistas com que a imprensa reporta que ele vem sendo tratado em certos círculos do novo governo: ou a anistia ou a MP tributária ou qualquer outra das medidas urgentes que é preciso aprovar neste esforço concentrado, para manter o Real.

O cruzeiro não morreu de morte morrida. Foi assassinado em longa agonia — com todos os seus trágicos efeitos para a população brasileira — pelo descalabro com que se trata a coisa pública neste país, que só se tornou possível a partir do momento em que os políticos e administradores públicos descobriram que as leis não valem para eles. Assim, não há reforma econômica que passe ou que dure, se a reforma política não começar antes. Se a impunidade prevalecer, é apenas questão de tempo até que tenhamos de inventar uma nova moeda e um novo plano cortando o caminho dos brasileiros, para substituir um Real corroido pelo descalabro administrativo e pela pirataria política impunes.